

NOTA PRÉVIA

Apromulgação da Lei n.º 13.105, de 16.03.2015, ou do Novo Código de Processo Civil, representa, sobretudo, esperança de uma justiça civil bem melhor do que a realizada presentemente. Em torno desse diploma, também conhecido como “Código Fux”, sem pejo da valiosa contribuição de outros juristas ao conjunto do texto, manifestou-se grande e compreensível interesse, parecendo justificar-se, a esse título, a edição da obra que culmina e sintetiza nossos estudos nessa área específica do direito – o Processo Civil Brasileiro.

Impõe-se esclarecer, de saída, alguns pontos. A organização dos assuntos deve-se antes ao sistema do autor do que a distribuição das matérias no NCPC. Assim, em diversos capítulos cuida-se tanto da função de conhecimento, quanto da função executiva e cautelar, como seria de se esperar no âmbito da teoria geral do processo. Porém, inexistem incompatibilidades: há mais informações úteis ao leitor, e, não, menos subsídios para seus estudos e trabalhos.

Buscou-se resgatar o sentido histórico de regras e institutos do NCPC. Apresentadas como inovações revolucionárias, determinadas soluções técnicas já eram conhecidas, embora abandonadas na legislação posterior, ou são muito antigas. A inquirição da testemunha diretamente pelos advogados das partes (art. 459, *caput*, do NCPC), a revelar surpreendentes pendores liberais, era o regime do Regulamento 737/1850, e, na sua vigência, apresentou o grave defeito de o juiz não comparecer à audiência, encarregando o escrivão de policiar a atividade. A tão gabada improcedência liminar do pedido (art. 332 do NCPC) originou-se de reforma da legislação processual portuguesa há quase um século. Parece inútil filia-la a instituto similar da *Common Law*. Ocioso frisar que nada disso resolveu a profunda crise da justiça civil e é duvidoso que apresentará frutos apreciáveis.

Em todo o caso, valendo-se de todos os recursos concebíveis da farmacopeia brasileira, senão universal, o NCPC aposta na liquidação, a médio prazo, do único e grande problema enfrentado na correta aplicação da lei processual – o número excessivo de litígios. Para essa finalidade, propõe-se a reduzir, drasticamente, a independência jurídica dos órgãos judiciários inferiores, doravante vinculados às teses jurídicas fixadas pelos tribunais superiores. Em outras palavras, o juiz de primeiro grau até pode ignorar a lei material ou deixar de aplicá-la confessadamente; porém, abstendo-se de observar na solução do litígio o acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, sujeitar-se-á

ao ignominioso remédio da reclamação (art. 988, IV, do NCPC), cujo acolhimento implicará a cassação da “decisão exorbitante” (art. 992 do NCPC). A função proeminente dos precedentes no direito brasileiro promoverá – permita-se a metáfora – o insólito acasalamento de jacaré e de cobra d’água. Em ordenamento filiado ao sistema da *Civil Law*, ou seja, dotado de regras gerais e abstratas supostamente tendentes à universalidade, portanto abrangendo situações futuras, eis que a regra jurídica concreta formulada pelos tribunais adquire eficácia vinculante de cima para baixo, e, não, através do consenso da conveniência em aplicar a tese jurídica em casos similares. É preciso aguardar os resultados do acasalamento. Porém, aplicado rigidamente o sistema, não se abstendo os tribunais superiores de conhecer e de acolher as inevitáveis reclamações, talvez o número prodigioso dos litígios seja contido e minorado.

Fitando essa possibilidade, o procedimento comum aumentou os deveres do órgão judiciário de primeiro grau, pretendendo aprimorar a qualidade das decisões. Realmente, a atividade dos juízes e das juízas, sobrecarregados por dezenas de milhares de processos (o número não é hipotético), deixa a desejar nesse último aspecto. Embora seja muito realçado o dever de motivação (art. 489, § 1.º, do NCPC), tecnicamente correto, mas impraticável nos termos delineados na regra se a pessoa investida na função judicante usufruir de vagares para analisar os atos postulatórios das partes e redigir o ato, o âmago do procedimento comum avulta no art. 357 do NCPC, ou seja, na decisão de saneamento e de organização do processo. Do órgão judiciário, revelando-se útil e necessário o prosseguimento do feito, aguarda-se a resolução das questões processuais pendentes; a fixação do tema da prova, ou seja, a delimitação das questões de fato objeto da instrução, deferindo ou ordenando a produção dos meios de prova pertinentes; a distribuição do ônus da prova (quem deve provar o que); a delimitação das questões de direito, visando a não surpreender as partes no futuro julgamento, malgrado a máxima *iura novit curia*; e a designação da audiência de instrução, se for o caso. O desempenho dessa complexa e delicada atividade exigirá, outra vez, profícua reflexão. É necessário ler e, principalmente, entender os atos postulatórios das partes e o teor da controvérsia. Se, mais uma vez, é praticável (ou não) essa magna tarefa, constitui outro problema. Por óbvio, exploradas todas as potencialidades da regra de “condensação”, o juiz terá o processo, por assim dizer, “na mão”. E, sem dúvida, o NCPC redefiniu o domínio das partes no processo civil, valendo citar, a esse propósito, o procedimento convencional do art. 190.

Só o tempo revelará todas as potencialidades do NCPC. Essa obra não poderia esgotá-las desde logo. Não deixou de apresentá-las, sempre que possível, a exemplo de aspectos surpreendentes: a menção a “relação processual” (art. 238, *in fine*, do NCPC), desvelando a natureza jurídica do processo, e aos “fatos processuais” (art. 771 do NCPC), importante categoria na construção dos atos processuais.

Progressivamente, incorporar-se-ão ao texto as contribuições da doutrina e da jurisprudência surgidas após a vigência do NCPC, se a acolhida do livro permitir novas edições. Vai a lume a obra com o que se escreveu no direito anterior.

A nota prévia já se alongou demasiado, cabendo encerrá-la com breve crítica à redação da lei. Não só a escassez de artigos e a profusão de parágrafos e incisos (por exemplo, no art. 85 do NCPC) dificultará a interpretação e a aplicação das normas processuais. Também o legislador teve imensa dificuldade em exprimir seu pensamento em muitos casos e, não raro, empregou linguagem vulgar: art. 437, § 1.º, do NCPC, permite à parte adotar “posturas”, qual expressão corporal, na manifestação sobre a juntada de documentos. Não se compreende facilmente o escasso apreço ao vernáculo em código eminentemente técnico.

Essas e outras imperfeições convivem, como destacado no início, com a fundada esperança de uma justiça melhor para as partes.

O autor dedica o livro aos entusiasmados companheiros do início da jornada: Antonio Dall’Agnol, Fábio Gomes, Gérson Fischmann, Maria Berenice Dias e Sérgio Gilberto Porto. Ao novo companheiro de estudos, Eduardo Arruda Alvim. A Fernando Krieg da Fonseca, o primeiro mentor na advocacia. Recorda carinhosamente os saudosos professores Galeno Lacerda e Ovídio Araújo Baptista da Silva, responsáveis pela formação do autor como processualista, e, ainda, o atuante e atento José Maria Rosa Tesheiner, professor na graduação e colega no TJRS e no PPGD da PUCRS.

E, naturalmente, dedica o livro à esposa, Desembargadora Mara Larsen Chechi, e aos nossos filhos, Cássio Chechi de Assis e Bóris Chechi de Assis, agradecendo-lhes o desmedido amor e a generosa compreensão pelo tempo subtraído à convivência familiar.

O autor agradece o enérgico apoio da Dr.^a Marisa Harms ao projeto. Também agradece à equipe de revisão técnica da RT, liderada pelo Dr. George Silva Melo. Eventuais erros materiais, se houver, são imputáveis ao autor.

O AUTOR



SUMÁRIO

ESTRUTURA DA OBRA	9
NOTA PRÉVIA	11
LISTA DE ABREVIATURAS	51
TÍTULO X – PROVAS EM GERAL	
CAPÍTULO 57 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE PROVA	53
§ 271.º Prova no processo civil	55
1.301. Objeto da cognição do juiz.....	55
1.301.1. Conhecimento do direito.....	59
1.301.1.1. Liberdade na qualificação jurídica.....	60
1.301.1.2. Liberdade na seleção da norma.....	62
1.301.2. Desconhecimento dos fatos	63
1.302. Conceito de prova no processo civil	66
1.303. Funções da prova no processo civil.....	68
1.304. Sistemas probatórios contemporâneos.....	73
1.305. Natureza das regras sobre prova	80
1.305.1. Limites espaciais das normas probatórias	84
1.305.2. Limites temporais das normas probatórias.....	85
§ 272.º Objeto da prova	86
1.306. Objeto e tema da prova	86
1.307. Alegações de fato como objeto da prova	87
1.307.1. Espécies de fatos objeto das alegações das partes	88
1.307.1.1. Fatos jurídicos e fatos simples	88
1.307.1.2. Fatos internos e fatos externos	89
1.307.1.3. Fatos positivos e fatos negativos.....	90
1.307.2. Regime do conhecimento das alegações de fato	90
1.308. Alegações de direito como objeto da prova	91

1.309. Tema da prova.....	91
§ 273.º Prova das alegações de direito.....	92
1.310. Desnecessidade de prova do direito comum.....	92
1.311. Prova do direito local.....	97
1.311.1. Causas fundadas no direito local.....	97
1.311.2. Produção da prova do direito local.....	97
1.311.3. Espécies de prova do direito local	99
1.311.4. Consequências da falta de prova do direito local	99
1.312. Prova do direito estrangeiro.....	100
1.312.1. Causas fundadas no direito estrangeiro	100
1.312.2. Produção da prova do direito estrangeiro	101
1.312.3. Espécies de prova do direito estrangeiro	102
1.312.4. Consequências da falta de prova do direito estran- geiro.....	103
1.312.5. Consequências da aplicação do direito estrangeiro ...	103
1.313. Prova do direito consuetudinário.....	104
1.313.1. Requisitos e alcance do costume.....	104
1.313.2. Produção da prova do costume	105
1.313.3. Espécies de prova do costume.....	106
1.313.4. Consequências da falta de prova do costume	107
§ 274.º Prova das alegações de fato	107
1.314. Prova dos fatos	107
1.315. Fatos dependentes de prova	108
1.316. Fatos independentes de prova.....	112
1.317. Fatos incontroversos	113
1.317.1. Configuração dos fatos incontroversos	113
1.317.2. Fundamento da falta de controvérsia dos fatos	114
1.317.3. Requisitos da configuração dos fatos incontroversos...	114
1.317.4. Consequências da falta de controvérsia dos fatos.....	115
1.317.5. Inadmissibilidade da iniciativa probatória oficial	117
1.318. Fatos notórios	119
1.318.1. Configuração da notoriedade dos fatos.....	120
1.318.2. Espécies de notoriedade dos fatos	123

1.318.3. Pressuposto do conhecimento da notoriedade dos fatos.....	123
1.318.4. Consequências da notoriedade dos fatos.....	124
1.319. Fatos presumidos	126
§ 275.º Presunções.....	126
1.320. Conceito de presunção	126
1.321. Classificação dos indícios	130
1.322. Localização sistemática das presunções	132
1.323. Espécies de presunções	133
1.324. Presunção judicial	134
1.324.1. Conceito de presunção judicial.....	134
1.324.2. Características da presunção judicial	135
1.324.3. Requisitos da presunção judicial	135
1.324.4. Presunção extraída do fato probando.....	139
1.324.5. Inadmissibilidade da presunção judicial	139
1.324.6. Consequências da presunção judicial	140
1.325. Presunção legal relativa	141
1.325.1. Espécies de presunção legal relativa.....	142
1.325.2. Fundamento da presunção legal relativa	143
1.325.3. Função da presunção legal relativa.....	144
1.325.4. Admissibilidade da prova em contrário ao fato desconhecido.....	146
1.325.5. Consequências da presunção legal relativa.....	146
1.326. Presunções legais absolutas	146
§ 276.º Regras de experiência	148
1.327. Conceito de regras de experiência.....	148
1.328. Espécies de regras de experiência	151
1.329. Funções das regras de experiência.....	152
1.329.1. Instrumento de apuração dos fatos	152
1.329.2. Instrumento de apreciação da prova	153
1.329.3. Concretização de conceitos juridicamente indeterminados	153
1.329.4. Determinação de elemento de incidência	154

1.329.5. Determinação de impossibilidades físicas e técnicas...	154
1.330. Prova das regras de experiência.....	155
§ 277.º Momentos da prova.....	156
1.331. Especificação da prova.....	156
1.331.1. Especificação do autor.....	157
1.331.2. Especificação do réu.....	159
1.332. Proposição da prova.....	160
1.333. Admissão da prova.....	161
1.334. Produção da prova.....	163
1.334.1. Tempo da produção da prova.....	164
1.334.2. Lugar da produção da prova.....	166
1.334.3. Órgão da produção da prova.....	168
1.335. Apreciação da prova.....	169
1.335.1. Sistemas de apreciação da prova.....	171
1.335.1.1. Sistema da apreciação legal.....	171
1.335.1.2. Sistema da íntima convicção.....	172
1.335.1.3. Sistema da livre apreciação.....	172
1.335.1.3.1. Requisitos da livre apreciação.....	174
1.335.1.3.2. Medida da livre apreciação....	175
1.335.2. Momento da apreciação da prova.....	178
1.335.3. Controle da apreciação da prova.....	179
§ 278.º Ônus da prova.....	181
1.336. Direito e ônus de provar.....	181
1.337. Espécies de ônus da prova.....	184
1.338. Funções do ônus da prova.....	189
1.338.1. Regra de conduta.....	190
1.338.2. Regra de julgamento.....	192
1.339. Distribuição estática do ônus da prova.....	193
1.339.1. Critério geral da distribuição estática.....	197
1.339.1.1. Fatos constitutivos.....	199
1.339.1.2. Fatos extintivos.....	199
1.339.1.3. Fatos modificativos.....	200

1.339.1.4. Fatos impeditivos	200
1.339.2. Critérios especiais da distribuição estática	201
1.339.2.1. Inversão legal direta do ônus da prova	201
1.339.2.2. Inversão legal indireta do ônus da prova....	202
1.339.3. Critério convencional da distribuição estática	203
1.339.3.1. Cabimento do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	203
1.339.3.2. Requisitos do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	205
1.339.3.3. Momento do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	206
1.339.3.4. Efeitos do negócio jurídico sobre ônus da prova.....	207
1.340. Distribuição dinâmica do ônus da prova.....	207
1.340.1. Cabimento da distribuição dinâmica do ônus da prova	212
1.340.2. Momento da distribuição dinâmica do ônus da prova	214
1.340.3. Controle da distribuição dinâmica do ônus da prova...	216
§ 279.º Meios de prova	217
1.341. Fontes de prova.....	217
1.342. Meios de prova.....	218
1.343. Enumeração das provas	220
1.343.1. Confissão	221
1.343.2. Documento	221
1.343.3. Testemunha.....	223
1.343.4. Presunção	225
1.343.5. Perícia	226
1.344. Enumeração dos meios de prova.....	228
§ 280.º Classificação das provas	229
1.345. Espécies de prova	229
1.345.1. Prova pessoal e prova real	230
1.345.2. Prova direta e prova indireta (ou crítica)	231
1.345.3. Prova literal e testemunhal	232

1.346.	Prova pré-constituída e prova constituenda (ou casual)	233
1.347.	Prova principal e contraprova	234
1.348.	Prova livre e prova plena (ou legal)	235
1.348.1.	Prova livre	235
1.348.2.	Prova plena	237
1.348.2.1.	Prova plena da escritura pública.....	238
1.348.2.2.	Prova plena nos arquivos de imagens e sons.....	239
1.349.	Prova típica e prova atípica	239
1.350.	Prova lícita e prova ilícita.....	242
1.350.1.	Formas de ilicitude da prova	242
1.350.1.1.	Ilicitude material e ilicitude formal da prova.....	244
1.350.1.2.	Ilicitude originária e ilicitude derivada da prova.....	244
1.350.2.	Efeitos da ilicitude da prova.....	246
§ 281.º	Princípios da prova	247
1.351.	Princípio da iniciativa concorrente.....	247
1.352.	Princípio da oportunidade	251
1.353.	Princípio da proibição do conhecimento privado	253
1.354.	Princípio da contradição	256
1.355.	Princípio da cooperação	259
1.356.	Princípio da comunhão	260
1.357.	Princípio da imediação	262
1.357.1.	Imediação subjetiva.....	265
1.357.2.	Imediação objetiva.....	266
1.358.	Princípio da publicidade.....	267
1.359.	Princípio da livre apreciação	268
1.360.	Princípio da unidade.....	269
§ 282.º	Cooperação das partes na investigação da verdade.....	271
1.361.	Cooperação da parte na produção da prova.....	271
1.362.	Finalidade da cooperação da parte na produção da prova.....	272
1.363.	Dever de comparecer	273

1.364. Dever de responder	275
1.365. Dever de submissão	276
1.366. Dever de obedecer.....	280
§ 283.º Cooperação dos terceiros na investigação da verdade	280
1.367. Cooperação do terceiro na produção da prova	280
1.368. Fundamento do dever de cooperação do terceiro	281
1.369. Finalidade do dever de cooperação do terceiro.....	283
1.370. Objeto do dever de cooperação do terceiro	283
1.371. Caráter relativo do dever de cooperação do terceiro.....	285
1.372. Dever de informação.....	286
1.373. Dever de exibição	288
1.374. Meios de constranger o terceiro à cooperação	289

TÍTULO XI – INSTRUÇÃO ANTECIPADA

CAPÍTULO 58 – PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA	291
§ 284.º Disposições gerais da produção antecipada de prova.....	292
1.375. Conceito e natureza da produção antecipada de prova.....	292
1.375.1. Pretensão à asseguaração da prova.....	292
1.375.2. Pretensão à produção antecipada de prova.....	296
1.375.3. Pretensão à constituição da prova	296
1.376. Espécies de produção antecipada de prova.....	297
1.377. Casos de dispensa da produção antecipada de prova.....	298
1.378. Objeto da produção antecipada de prova.....	298
1.378.1. Objeto da pretensão à asseguaração da prova.....	299
1.378.1.1. Cabimento do depoimento pessoal	299
1.378.1.2. Cabimento da inquirição de testemunhas....	302
1.378.1.3. Cabimento da perícia	302
1.378.1.4. Cabimento da inspeção judicial	304
1.378.2. Objeto da pretensão à produção antecipada de prova	305
1.378.3. Objeto da pretensão à constituição de prova	306
§ 285.º Procedimento da produção antecipada de prova.....	307
1.379. Petição inicial na produção antecipada de prova.....	307
1.379.1. Perigo de dano na antecipação da prova testemunhal...	310

1.379.2. Perigo de dano na antecipação da prova pericial	311
1.380. Competência na produção antecipada de prova	311
1.380.1. Competência na asseguaração da prova	312
1.380.2. Competência na produção antecipada de prova	313
1.380.3. Competência na constituição antecipada de prova....	314
1.381. Legitimidade na produção antecipada de prova	314
1.381.1. Legitimidade ativa na produção antecipada de prova...	315
1.381.2. Legitimidade passiva na produção antecipada de prova	316
1.381.3. Intervenção de terceiros na produção antecipada de prova	317
1.382. Defesa na produção antecipada de prova.....	318
1.382.1. Cabimento da defesa na produção antecipada de prova	318
1.382.2. Defesa processual na produção antecipada de prova...	319
1.382.3. Defesa de mérito na produção antecipada de prova...	321
1.382.4. Limitações à defesa na produção antecipada de prova	322
1.382.5. Exceções processuais na produção antecipada de prova	322
1.382.6. Reconvenção na produção antecipada de prova	322
1.383. Liminar na produção antecipada de prova.....	323
1.384. Forma da produção antecipada da prova oral.....	323
1.385. Forma da produção antecipada da prova pericial.....	325
1.386. Eficácia e julgamento da produção antecipada de prova	326
1.386.1. Eficácia da produção antecipada de prova.....	328
1.386.2. Despesas e honorários advocatícios na produção antecipada de prova.....	329
1.386.3. Renovação da prova assegurada na causa principal...	330
CAPÍTULO 59 – JUSTIFICAÇÃO.....	332
§ 286.º Disposições gerais da justificação	332
1.387. Conceito e natureza da justificação	332
1.388. Espécies de justificação	337
1.389. Objeto da justificação	338

1.390. Espécies de prova na justificação	339
1.391. Casos de inadmissibilidade da justificação	341
§ 287.º Procedimento da justificação	342
1.392. Petição inicial na justificação	342
1.393. Competência interna na justificação	344
1.394. Legitimidade na justificação	345
1.395. Formas de citação na justificação	346
1.396. Controle judicial da justificação	347
1.397. Defesa na justificação	347
1.398. Produção da prova documental e testemunhal.....	349
1.399. Participação das partes na justificação	349
1.400. Efeitos da sentença na justificação.....	351

TÍTULO XII – TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

CAPÍTULO 60 – MODALIDADES DA TUTELA ANTECIPADA.....	353
§ 288.º Evidência e urgência no processo civil.....	353
1.401. Estrutura processual e funções instrumentais da jurisdição ...	353
1.402. Problema terminológico: tutela diferenciada <i>versus</i> tutela antecipada	360
1.403. Fundamento constitucional da tutela antecipada.....	365
1.404. Tutela de urgência como meio de litisregulação	368
1.405. Princípios da tutela de urgência	373
1.405.1. Princípio da necessidade.....	373
1.405.2. Princípio do menor gravame.....	373
§ 289.º Espécies de tutela de urgência	373
1.406. Funções das medidas de urgência.....	373
1.407. Medidas de urgência cautelares (segurança para a execução) ...	374
1.407.1. Situação cautelanda.....	375
1.407.2. Perigo de dano iminente e irreparável.....	376
1.407.3. Temporariedade.....	378
1.407.4. Verossimilhança.....	380
1.407.5. Força mandamental da sentença cautelar	381
1.408. Medidas de urgência satisfativas definitivas (execução para a segurança)	381

1.409. Medidas de urgência satisfativas provisionais	383
1.410. Classificação das medidas de urgência.....	383
1.410.1. Medidas de urgência específicas e inespecíficas.....	383
1.410.2. Medidas de urgência antecedentes e incidentes.....	385
§ 290.º Características das medidas de urgência.....	388
1.411. Dependência e autonomia das medidas cautelares	388
1.412. Fungibilidade das medidas de urgência	390
1.413. Transversalidade das medidas de urgência	397
CAPÍTULO 61 – DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA	400
§ 291.º Competência nas tutelas de urgência e da evidência	401
1.414. Competência interna nas tutelas de urgência e da evidência ...	401
1.415. Competência nas medidas de urgência incidentes	403
1.416. Competência nas medidas de urgência antecedentes.....	404
§ 292.º Liminar na urgência e na evidência.....	406
1.417. Conceito de liminar.....	406
1.418. Natureza da liminar.....	407
§ 293.º Pressupostos da liminar	409
1.419. Enumeração dos pressupostos da liminar.....	409
1.420. Pressupostos formais da liminar	410
1.420.1. Iniciativa da parte na liminar	410
1.420.2. Momento da iniciativa da parte na liminar	413
1.420.3. Forma da iniciativa da parte na liminar	414
1.420.4. Preclusão da iniciativa da parte na liminar.....	414
1.421. Pressupostos materiais da liminar	416
1.421.1. Prognóstico favorável ao autor.....	416
1.421.2. Receio de dano ao autor.....	419
§ 294.º Objeto da liminar	422
1.422. Distinção do objeto da liminar	422
1.423. Objeto da liminar nas medidas de urgência satisfativas.....	422
1.424. Objeto da liminar nas medidas de urgência cautelares	427

§ 295.º Etapa inicial do procedimento da liminar	428
1.425. Limitação do contraditório na liminar	428
1.426. Liminar com contraditório postergado (<i>inaudita altera parte</i>)	429
1.427. Liminar com justificação prévia	431
1.427.1. Origem e conceito de justificação prévia	431
1.427.2. Espécies de justificação prévia	432
1.427.3. Cabimento da justificação prévia	432
1.427.4. Iniciativa da justificação prévia	434
1.427.5. Finalidade e objeto da justificação prévia	436
1.427.6. Participação na justificação prévia	436
1.427.7. Procedimento da justificação prévia	437
1.428. Liminar com contraditório pleno	437
1.429. Imposição de contracautela à medida de urgência	440
1.429.1. Cabimento da contracautela	441
1.429.2. Espécies de contracautela	442
1.429.3. Requisitos da contracautela	442
1.429.4. Função da contracautela	443
1.430. Substituição da medida de urgência por caução	443
1.430.1. Requisitos da cautela substitutiva	443
1.430.1.1. Adequação da substituição da medida de urgência	444
1.430.1.2. Suficiência da substituição da medida de urgência	445
1.430.2. Espécies de caução substitutiva	445
1.430.3. Iniciativa na substituição	445
1.430.4. Procedimento da substituição	446
1.431. Motivação da liminar	446
1.432. Momento da liminar	448
§ 296.º Efeitos da decisão liminar	450
1.433. Efeitos do deferimento da liminar	450
1.433.1. Efeitos do deferimento da tutela cautelar	450
1.433.2. Efeitos do deferimento da tutela antecipada	451
1.434. Efeitos do indeferimento da liminar	452

§ 297.º Etapa final do procedimento da liminar	454
1.435. Cumprimento da liminar	454
1.436. Recurso contra a liminar (e sentença)	456
1.436.1. Recurso próprio contra a antecipação no provimento liminar	457
1.436.2. Recurso próprio contra a antecipação no provimento final	459
1.436.3. Limites à revisão da antecipação nos tribunais	460
1.437. Suspensão da execução da liminar	462
1.437.1. Fundamentos da suspensão da execução	463
1.437.2. Objeto da suspensão da execução	463
1.437.3. Natureza da suspensão da execução	464
1.437.4. Procedimento da suspensão da execução	464
1.437.5. Limites temporais da suspensão da execução	467
1.438. Modificação da liminar	467
1.438.1. Pressupostos da modificação	469
1.438.1.1. Competência na modificação	469
1.438.1.2. Mudança do estado de fato como pressuposto da modificação	470
1.438.1.3. Mudança do estado de direito como pressuposto da modificação	470
1.438.2. Procedimento da modificação	471
1.438.3. Efeitos da modificação	472
1.439. Proibição da liminar	473
1.439.1. Fundamento da proibição da liminar	473
1.439.2. Proibição genérica da liminar	474
1.439.3. Proibição especial da liminar	476
1.439.3.1. Constitucionalidade da proibição especial da liminar	480
1.439.3.2. Exceções à proibição especial da liminar	480
1.440. Responsabilidade em razão da efetivação da liminar	482
1.440.1. Fundamento da responsabilidade do autor	482
1.440.2. Pressupostos da responsabilidade do autor	483
1.440.3. Natureza da responsabilidade do autor	484

1.440.4. Efeitos da responsabilidade do autor.....	485
§ 298.º Eficácia temporal da liminar.....	486
1.441. Temporariedade da liminar.....	486
1.442. Eficácia temporal das medidas de urgência cautelares.....	487
1.443. Eficácia temporal das medidas de urgência satisfativas.....	490
1.443.1. Liminar parcial e procedência total.....	491
1.443.2. Liminar total e procedência parcial.....	491
1.443.3. Perempção da medida liminar.....	492
1.444. Estabilização das medidas de urgência satisfativas.....	492
1.444.1. Natureza da estabilização.....	493
1.444.2. Pressupostos da estabilização.....	495
1.444.3. Efeitos da estabilização.....	496
CAPÍTULO 62 – CASOS DE TUTELA DA EVIDÊNCIA E DE TUTELA DE URGÊNCIA ...	498
§ 299.º Casos de tutela da evidência.....	499
1.445. Função e natureza da tutela da evidência.....	499
1.446. Pressupostos da tutela da evidência.....	501
1.446.1. Evidente abuso de defesa.....	502
1.446.1.1. Infundada impugnação do fato.....	505
1.446.1.2. Infundada impugnação do direito.....	505
1.446.1.3. Infundada exceção substancial.....	506
1.446.2. Prática de atos protelatórios.....	508
1.446.3. Fatos provados documentalmente e razões de direito fundadas em precedente ou súmula vinculante.....	508
1.446.4. Pedido reipersecutório fundado em prova documental.....	509
1.446.5. Pedido fundado em fato incontestável.....	509
1.447. Iniciativa da parte na tutela da evidência.....	511
1.448. Momento da tutela da evidência.....	512
§ 300.º Casos especiais de tutela de urgência.....	513
1.449. Medidas de urgência nas obrigações de fazer.....	513
1.449.1. Cabimento e alcance das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer.....	520

1.449.2.	Pressupostos das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer.....	522
1.449.3.	Iniciativa da parte nas medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer	523
1.449.4.	Momento das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer.....	523
1.449.5.	Impugnação das medidas de urgência em matéria de obrigações de fazer.....	524
1.450.	Medidas de urgência nos remédios constitucionais.....	524
1.450.1.	Medidas de urgência no <i>habeas corpus</i>	525
1.450.1.1.	Cabimento da liminar em <i>habeas corpus</i> ...	525
1.450.1.2.	Competência da liminar em <i>habeas corpus</i> ...	525
1.450.1.3.	Pressupostos da liminar em <i>habeas corpus</i> ...	526
1.450.1.4.	Momento da antecipação em <i>habeas corpus</i> ...	526
1.450.1.5.	Impugnação à liminar em <i>habeas corpus</i> ...	526
1.450.2.	Medidas de urgência no <i>habeas data</i>	527
1.450.3.	Medidas de urgência no mandado de segurança	527
1.450.3.1.	Cabimento e alcance das medidas de urgência no mandado de segurança	528
1.450.3.2.	Competência nas medidas de urgência no mandado de segurança	529
1.450.3.3.	Iniciativa da parte nas medidas de urgência no mandado de segurança.....	529
1.450.3.4.	Pressupostos das medidas de urgência no mandado de segurança	530
1.450.3.5.	Momento das medidas de urgência no mandado de segurança	531
1.450.3.6.	Eficácia temporal das medidas de urgência no mandado de segurança.....	532
1.450.3.7.	Impugnação das medidas de urgência no mandado de segurança	533
1.450.4.	Medidas de urgência no mandado de injunção	534
1.450.5.	Medidas de urgência na ação popular	535
1.450.5.1.	Cabimento e alcance das medidas de urgência na ação popular	535

1.450.5.2. Competência nas medidas de urgência da ação popular	536
1.450.5.3. Legitimidade nas medidas de urgência da ação popular	536
1.450.5.4. Pressupostos das medidas de urgência da ação popular	537
1.450.5.5. Impugnação das medidas de urgência da ação popular	538
1.451. Medidas de urgência no controle de constitucionalidade.....	538
1.451.1. Cabimento e natureza da medida de urgência no controle concentrado de constitucionalidade.....	540
1.451.2. Competência na medida de urgência na medida de urgência no controle de constitucionalidade	541
1.451.3. Iniciativa da parte na medida de urgência no controle de constitucionalidade	542
1.451.4. Pressupostos da medida de urgência no controle de constitucionalidade	543
1.451.5. Procedimento da medida de urgência no controle de constitucionalidade	545
1.451.6. Efeitos da medida de urgência no controle de constitucionalidade	546
1.451.6.1. Efeitos da concessão da liminar.....	546
1.451.6.2. Efeitos da denegação da liminar.....	548
1.451.6.3. Efeitos da revogação da liminar	548
1.452. Medidas de urgência na rescisória	550
1.452.1. Natureza e objeto da medida de urgência na rescisória....	552
1.452.2. Pressupostos da medida de urgência na rescisória....	552
1.452.3. Competência na medida de urgência na rescisória	553
1.452.4. Iniciativa da parte na medida de urgência na rescisória...	555
1.452.5. Momento da medida de urgência na rescisória	555
1.452.6. Impugnação da medida de urgência na rescisória.....	555
1.453. Medidas de urgência na execução.....	556
1.453.1. Objeto das medidas de urgência na execução.....	556
1.453.2. Pressupostos das medidas de urgência na execução....	557
1.453.3. Legitimidade nas medidas de urgência na execução....	557

1.453.4. Iniciativa da parte nas medidas de urgência na execução.....	558
1.453.5. Momento das medidas de urgência na execução	558
1.453.6. Impugnação das medidas de urgência na execução...	559
1.454. Medidas de urgência no processo coletivo	559
1.454.1. Medida de urgência na ação civil pública geral	559
1.454.2. Medidas de urgência na ação civil pública por improbidade administrativa.....	561
1.454.2.1. Indisponibilidade patrimonial	563
1.454.2.2. Sequestro de bens.....	565
1.454.2.3. Afastamento de função, emprego ou cargo público	565
CAPÍTULO 63 – PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA	567
§ 301.º Procedimento da medida de urgência antecedente	568
1.455. Demanda da parte na medida de urgência.....	568
1.455.1. Causa de pedir na medida de urgência	570
1.455.2. Pedido na medida de urgência	575
1.455.2.1. Pedido genérico nas medidas cautelares ...	575
1.455.2.2. Limites à atuação oficiosa do juiz.....	576
1.455.2.3. Pedido genérico nas medidas satisfativas ...	577
1.455.2.4. Cumulação de pedidos cautelares e antecipação	577
1.455.3. Requerimento de liminar	578
1.455.4. Valor da causa nas medidas de urgência.....	579
1.455.5. Indicação dos meios de prova nas medidas de urgência	581
1.455.6. Formas de citação do réu nas medidas de urgência....	581
1.455.7. Controle da petição inicial.....	582
1.456. Designação das partes na medida de urgência	582
1.457. Determinação das partes na medida de urgência	583
1.457.1. Legitimidade ativa nas medidas de urgência	583
1.457.2. Legitimidade passiva nas medidas de urgência	584
1.457.3. Litisconsórcio nas medidas de urgência.....	584
1.458. Efeitos da propositura das medidas de urgência	585

1.458.1. Prevenção do juízo nas medidas de urgência.....	585
1.458.2. Proibição da renovação de idêntica medida de urgência.....	586
1.458.3. Litigiosidade nas medidas de urgência.....	587
1.458.4. Constituição em mora nas medidas de urgência.....	587
1.458.5. Interrupção da prescrição nas medidas de urgência....	587
1.459. Defesa do réu nas medidas de urgência.....	588
1.459.1. Prazo da defesa nas medidas de urgência.....	588
1.459.1.1. Termo inicial do prazo de contestação na tutela cautelar.....	589
1.459.1.2. Termo inicial do prazo de contestação na tutela antecipada.....	589
1.459.2. Conteúdo da defesa nas medidas de urgência cautelares.....	590
1.459.2.1. Contestação nas medidas de urgência cautelares.....	591
1.459.2.2. Reconvenção nas medidas de urgência cautelares.....	592
1.459.2.3. Exceções nas medidas de urgência cautelares.....	593
1.459.2.4. Reconhecimento do pedido nas medidas de urgência cautelares.....	593
1.460. Revelia do réu nas medidas de urgência.....	594
1.461. Formulação do pedido principal.....	596
1.461.1. Desnecessidade de formulação do pedido principal....	598
1.461.2. Natureza do prazo de formulação do pedido principal..	601
1.461.3. Termo inicial do prazo de formulação do pedido principal.....	602
1.461.4. Termo final do prazo de formulação do pedido principal.....	605
1.461.5. Efeitos da fluência do prazo de formulação do pedido principal.....	606
1.461.6. Reunião dos processos cautelar e principal.....	607
1.462. Cessação da eficácia da medida de urgência.....	608
1.463. Fases ulteriores do procedimento das medidas de urgência....	610

1.464.	Renovação das medidas de urgência	612
1.465.	Coisa julgada nas medidas de urgência	613
§ 302.º	Procedimento da tutela antecipada incidente.....	616
1.466.	Cumulação da pretensão cautelar e da pretensão principal	616
1.467.	Regime da pretensão cautelar incidente no processo principal...	617
1.467.1.	Realização da audiência de justificação na medida de urgência incidente	618
1.467.2.	Prazo de defesa na medida de urgência incidente	618
1.467.3.	Julgamento da medida de urgência incidente.....	618

TÍTULO XIII – DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

CAPÍTULO 64 – PETIÇÃO INICIAL.....	621	
§ 303.º Demanda no processo civil	622	
1.468.	Princípio da demanda no processo civil	622
1.469.	Instrumento da demanda no processo civil	626
1.470.	Formação do processo civil	629
1.471.	Funções da petição inicial no processo civil.....	630
1.472.	Estrutura da petição inicial no processo civil	631
§ 304.º Requisitos gerais da petição inicial	634	
1.473.	Endereçamento da petição inicial.....	634
1.473.1.	Ônus de localização do juízo competente.....	634
1.473.2.	Formulação e solução do problema de competência...	634
1.473.3.	Resultados da solução do problema de competência...	635
1.473.4.	Consequências do errôneo endereçamento da petição inicial	636
1.474.	Identificação das partes	637
1.474.1.	Ônus de identificação do réu.....	639
1.474.1.1.	Réu desconhecido	640
1.474.1.2.	Réu errado.....	641
1.474.2.	Ônus de qualificação do réu	645
1.475.	Exposição do fato e dos fundamentos jurídicos	647
1.475.1.	Razões de fato na petição inicial.....	647
1.475.2.	Razões de direito na petição inicial.....	649

1.476. Formulação do pedido especificado.....	649
1.477. Indicação do valor da causa.....	652
1.478. Indicação dos meios de prova e produção da prova documental.....	654
1.479. Manifestação de interesse ou de desinteresse na autocomposição	655
§ 305.º Requisitos especiais da petição inicial.....	657
1.480. Providências eventuais requeridas na inicial	657
1.481. Requerimento de medidas de urgência	658
1.481.1. Requerimento de medida satisfativa (execução para segurança)	660
1.481.1.1. Prognóstico favorável ao acolhimento do pedido	662
1.481.1.2. Receio de dano ao objeto litigioso	663
1.481.2. Requerimento de medida cautelar (segurança para execução).....	664
1.482. Requerimento de intimação ou citação de terceiros.....	665
1.482.1. Requerimento de intimação dos titulares de direito real e de outros direitos	666
1.482.1.1. Destinatários da intimação da realização de constrição patrimonial.....	666
1.482.1.2. Finalidades da intimação da realização de constrição patrimonial	667
1.482.1.3. Consequências da falta da intimação da realização de constrição patrimonial.....	667
1.482.2. Requerimento de citação do chamado em garantia ...	668
1.482.3. Requerimento de intimação do Ministério Público....	669
1.483. Indicação da espécie de execução.....	669
1.484. Indicação dos bens passíveis de constrição patrimonial.....	670
1.485. Requerimento de investigação de ativos financeiros.....	670
1.486. Prestações preparatórias e concessão da gratuidade.....	673
§ 306.º Requisitos formais da petição inicial	675
1.487. Forma da petição inicial.....	675
1.488. Datação da petição inicial.....	678

1.489.	Autenticação da petição inicial	678
1.489.1.	Agente da autenticação	678
1.489.2.	Lugar da autenticação.....	679
1.489.3.	Forma da autenticação	679
1.489.4.	Falsidade da autenticação	679
1.489.5.	Suprimento da autenticação	680
1.490.	Indicação do endereço do advogado do autor	680
1.491.	Produção dos documentos indispensáveis	682
1.492.	Duplicados da petição inicial	685
CAPÍTULO 65 – EFEITOS DA FORMAÇÃO DO PROCESSO		686
§ 307.º Litispendência		686
1.493.	Conceito de litispendência	686
1.494.	Espécies de efeitos da litispendência	688
1.495.	Termo inicial da litispendência	689
1.496.	Termo final da litispendência	690
§ 308.º Efeitos processuais da litispendência		691
1.497.	Espécies de efeitos processuais da litispendência	691
1.498.	Proibição de renovação da demanda	691
1.499.	Perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)	692
1.500.	Prevenção da competência.....	693
1.501.	Perpetuação do valor (<i>perpetuatio valoris</i>).....	694
1.502.	Proibição de inovar o estado de fato.....	695
§ 309.º Efeitos materiais da litispendência		698
1.503.	Espécies de efeitos materiais da litispendência	698
1.504.	Litigiosidade	698
1.505.	Indisponibilidade patrimonial relativa.....	699
1.506.	Constituição em mora do réu	700
1.507.	Interrupção da prescrição e da decadência	701
1.507.1.	Objeto do efeito interruptivo.....	701
1.507.2.	Momento do efeito interruptivo	702
1.507.3.	Subsistência do efeito interruptivo perante ulterior extinção do processo.....	708
1.507.4.	Recomeço do prazo interrompido	709

1.508. Averbação da demanda.....	710
1.508.1. Natureza da averbação da demanda.....	710
1.508.2. Objeto da averbação da demanda.....	711
1.508.3. Procedimento da averbação da demanda.....	711
1.508.4. Efeitos da averbação do ajuizamento	713
1.508.5. Responsabilidade do exequente pela averbação indevida da demanda	713
CAPÍTULO 66 – CONTROLE DA PETIÇÃO INICIAL.....	714
§ 310.º Saneamento da petição inicial.....	715
1.509. Preparação do controle da formação do processo	715
1.510. Correção da petição inicial	716
1.510.1. Importância da correção da inicial	717
1.510.2. Fundamento da correção da inicial	718
1.510.3. Casos de correção da inicial.....	719
1.510.3.1. Petição inicial incompleta.....	719
1.510.3.2. Petição inicial defeituosa	722
1.510.4. Momento da correção da inicial.....	722
1.510.5. Conteúdo da decisão ordenatória da correção	723
1.510.6. Consequências da omissão do juiz acerca dos defeitos da inicial.....	724
1.510.7. Consequências da omissão do autor em corrigir os defeitos da inicial	725
1.510.8. Recurso próprio contra a decisão ordenatória da correção da inicial.....	725
1.511. Conversão do procedimento impróprio no próprio	725
1.512. Deferimento da petição inicial	728
1.512.1. Consequências do juízo positivo preliminar de aptidão da petição inicial	728
1.512.2. Recorribilidade do juízo positivo preliminar de aptidão da petição inicial	728
1.512.3. Efeitos do juízo positivo preliminar de aptidão da petição inicial	729
§ 311.º Indeferimento da petição inicial	729
1.513. Pressuposto geral do indeferimento da petição inicial.....	729

1.514.	Casos típicos de indeferimento da petição inicial.....	732
1.514.1.	Inépcia da petição inicial.....	732
1.514.1.1.	Falta de pedido e de causa de pedir	733
1.514.1.2.	Falta de congruência entre os fatos e a conclusão	734
1.514.1.3.	Formulação de pedido indeterminado	735
1.514.1.4.	Formulação de pedidos incompatíveis	737
1.514.2.	Falta manifesta de legitimidade da parte.....	738
1.514.3.	Falta de interesse processual	740
1.514.4.	Impossibilidade de adequação do procedimento	742
1.514.5.	Falta de indicação do endereço do advogado do autor.....	743
1.514.6.	Falta de correção oportuna da inicial.....	743
1.515.	Casos atípicos de indeferimento da petição inicial.....	744
1.515.1.	Falta de produção dos documentos necessários	744
1.515.2.	Falta de apresentação dos duplicados	744
1.515.3.	Falta de pagamento das despesas de distribuição	744
1.515.4.	Falta de pagamento da sucumbência anterior.....	746
1.515.5.	Falta de depósito prévio	746
1.516.	Efeitos do indeferimento da petição inicial.....	747
1.516.1.	Recurso cabível contra o indeferimento da petição inicial	747
1.516.2.	Estabilidade da sentença de indeferimento da petição inicial	747
1.516.3.	Retratação da sentença de indeferimento da petição inicial	747
1.516.4.	Indeferimento parcial da petição inicial.....	749
1.516.5.	Comunicação ao réu do indeferimento da petição inicial	749
1.516.6.	Condenação em honorários no indeferimento da petição inicial	749
§ 312.º	Julgamento prévio do mérito	750
1.517.	Cabimento do julgamento prévio do mérito	750
1.518.	Requisitos do julgamento prévio do mérito	754
1.518.1.	Causa sem necessidade de dilação probatória.....	754

1.518.2. Pedido contrário à súmula do STF e do STJ	755
1.518.3. Pedido contrário à tese jurídica firmada no julgamento de recursos repetitivos	757
1.518.4. Pedido contrário à tese firmada na resolução de demandas repetitivas e no incidente de assunção de competência.....	758
1.518.5. Pedido contrário à tese firmada pelo TJ quanto ao direito local.....	758
1.519. Forma do julgamento prévio do mérito	759
1.520. Efeitos do julgamento prévio do mérito.....	759
1.520.1. Natureza da sentença no julgamento prévio do mérito	759
1.520.2. Recurso próprio contra a sentença no julgamento prévio do mérito.....	760
1.520.3. Juízo de retratação no julgamento prévio do mérito...	760
1.520.4. Citação do réu para responder ao recurso do autor	761
1.520.5. Condenação em honorários advocatícios no julgamento prévio de mérito	761

TÍTULO XIV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

CAPÍTULO 67 – ESPÉCIES E EFEITOS DA SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	763
§ 313.º Eventos suspensivos no processo civil	763
1.521. Crises da relação processual.....	763
1.522. Regime das crises do processo.....	765
1.522.1. Imobilização do processo.....	767
1.522.2. Câmbio de procedimento.....	768
1.523. Objeto da suspensão do processo	769
1.524. Espécies de eventos suspensivos.....	769
1.524.1. Suspensão obrigatória e voluntária	769
1.524.2. Suspensão <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i>	770
1.524.3. Suspensão própria e suspensão imprópria	770
1.524.4. Suspensão total e parcial	771
1.524.5. Suspensão típica e atípica.....	771
1.524.6 Suspensão individual e geral	771
1.525. Taxatividade da suspensão do processo	772

1.526.	Eventos e incidentes não suspensivos do processo	773
1.526.1.	Causas prejudiciais não suspensivas	773
1.526.2.	Liquidação extrajudicial não suspensiva.....	775
§ 314.º	Efeitos da suspensão do processo	776
1.527.	Proibição da prática de atos processuais	776
1.528.	Limites subjetivos da proibição da prática de atos processuais	776
1.529.	Limites objetivos da proibição da prática de atos processuais ...	776
1.530.	Natureza da proibição da prática de atos processuais	777
1.531.	Exceções à proibição da prática de atos processuais	777
1.532.	Prescrição intercorrente	780
CAPÍTULO 68 – SUSPENSÃO OBRIGATÓRIA E FACULTATIVA DO PROCESSO		787
§ 315.º	Suspensão obrigatória do processo na fase de cognição.....	788
1.533.	Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória	788
1.534.	Morte ou incapacidade da parte.....	790
1.534.1.	Morte da parte no curso do processo	790
1.534.1.1.	Suspensão do processo conforme o momento da morte da parte.....	790
1.534.1.2.	Suspensão do processo conforme a qualidade da parte	792
1.534.1.3.	Suspensão do processo conforme o momento da comunicação da morte.....	794
1.534.1.4.	Suspensão do processo conforme a natureza do objeto litigioso	796
1.534.1.5.	Comunicação da morte da parte	796
1.534.1.6.	Extinção da pessoa jurídica.....	797
1.534.2.	Incapacidade da parte no curso do processo	798
1.534.2.1.	Controle oficial da incapacidade processual da parte	799
1.534.2.2.	Prazo para suprimento do vício da incapacidade processual da parte	799
1.534.2.3.	Efeitos da falta de suprimento do vício da incapacidade processual da parte.....	800
1.534.2.3.1.	Efeito da incapacidade processual perante o autor	800

1.534.2.3.2. Efeito da incapacidade processual perante o réu	801
1.534.2.3.3. Efeito da incapacidade processual perante o terceiro	802
1.535. Morte ou incapacidade do representante legal da parte.....	803
1.535.1. Morte e incapacidade do representante da pessoa natural.....	805
1.535.2. Morte e incapacidade do representante da pessoa jurídica.....	805
1.536. Morte ou incapacidade do representante técnico da parte	805
1.536.1. Espécies de vícios da representação técnica	806
1.536.2. Suspensão do processo em razão da falta ou de defeito na representação técnica.....	807
1.536.2.1. Aquisição de capacidade plena pela pessoa natural.....	809
1.536.2.2. Transformações da pessoa jurídica	809
1.536.3. Efeitos da falta de suprimento da inexistência e dos defeitos na representação técnica.....	810
1.537. Pendência de eventos externos	810
1.537.1. Programa geral e particular de autocomposição	811
1.537.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	812
1.537.3. Incidente de julgamento de recursos repetitivos	813
1.538. Oposição de exceção de parcialidade do juiz	814
1.539. Pendência de prejudicial externa.....	817
1.539.1. Conceito de prejudicialidade no processo civil.....	817
1.539.2. Espécies de prejudicialidade no processo civil	818
1.539.3. Causas prejudiciais suspensivas no processo civil.....	819
1.539.3.1. Prejudicial externa penal	819
1.539.3.2. Prejudicial externa civil.....	820
1.539.3.3. Prejudicial externa administrativa	823
1.539.4. Efeitos da prejudicial externa civil	824
1.539.5. Prazo de suspensão por prejudicialidade externa civil.....	825
1.539.6. Consequências do prosseguimento do processo subordinado	825

1.540.	Força maior suspensiva	826
1.541.	Pendência da produção de prova ou da ocorrência de fato	827
1.541.1.	Produção de prova em outro juízo	827
1.541.1.1.	Requisitos da suspensão em virtude da produção da prova em outro juízo.....	828
1.541.1.2.	Termo inicial da suspensão em virtude da produção da prova em outro juízo.....	828
1.541.1.3.	Termo final da suspensão em virtude da produção da prova em outro juízo.....	829
1.541.2.	Ocorrência de determinado fato	830
1.542.	Pendência do incidente de admissão de terceiros	830
1.542.1.	Suspensão do processo em razão da intervenção principal	830
1.542.2.	Suspensão em razão do chamamento em garantia	831
1.542.3.	Suspensão em razão do chamamento ao processo	832
1.543.	Pendência da verificação da capacidade do réu.....	833
1.544.	Pendência do incidente de falsidade	834
1.545.	Pendência de atentado.....	836
1.546.	Pendência de embargos de terceiro	838
1.547.	Suspensão na pendência do recesso forense.....	841
1.547.1.	Subsistência das férias forenses ou recesso.....	841
1.547.2.	Período das férias forenses ou recesso.....	843
1.547.3.	Consequências das férias forenses ou recesso	844
1.548.	Pendência de conflito de competência.....	844
§ 316.º	Suspensão obrigatória do processo na fase de execução	845
1.549.	Casos típicos e atípicos de suspensão obrigatória na fase de execução	845
1.550.	Suspensão por força da impugnação do executado.....	848
1.550.1.	Necessidade de requerimento de efeito suspensivo na impugnação	848
1.550.2.	Caráter ope judicis da suspensão.....	848
1.550.3.	Pressupostos do efeito suspensivo na impugnação....	849
1.550.4.	Contracautela do exequente e prosseguimento da execução	850

1.550.5. Recurso cabível contra a decisão do incidente de suspensão na impugnação.....	851
1.551. Suspensão por força do pedido de remição (adjudicação por terceiro).....	851
1.552. Suspensão por força da frustração da alienação de imóvel de incapaz	852
1.553. Suspensão por força da falta de bens penhoráveis.....	853
1.554. Suspensão dilatória da execução	856
1.554.1. Âmbito da suspensão dilatória do processo	857
1.554.2. Forma e prazo da postulação do executado da suspensão dilatória	858
1.554.3. Efeitos da postulação do executado da suspensão dilatória.....	859
1.554.4. Conteúdo e requisitos da postulação da suspensão dilatória.....	860
1.554.5. Contraditório na postulação da suspensão dilatória..	861
1.554.6. Efeitos do deferimento da suspensão dilatória	862
1.554.7. Cessação da suspensão dilatória do processo	863
§ 317.º Suspensão facultativa do processo.....	863
1.555. Suspensão convencional na fase de conhecimento.....	863
1.555.1. Natureza jurídica da suspensão convencional.....	863
1.555.2. Requisitos da suspensão convencional	864
1.555.3. Termo inicial da suspensão convencional.....	865
1.555.4. Termo final da suspensão convencional	865
1.556. Suspensão convencional na fase de execução	866
TÍTULO XV – EXTINÇÃO DO PROCESSO	
CAPÍTULO 69 – EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	869
§ 318.º Modalidades da extinção do processo.....	870
1.557. Natureza do provimento final do processo.....	870
1.558. Conceito de sentença no processo civil	873
1.559. Classificação das sentenças no processo civil	879
1.559.1. Sentença definitiva e sentença terminativa	879
1.559.2. Sentença global e sentença parcial	880

1.559.3. Sentença de procedência e sentença de improcedência	881
1.559.4. Sentença contraditória e sentença não contraditória	882
1.560. Oportunidade da emissão do provimento final	882
§ 319.º Causas da emissão do provimento final	884
1.561. Emissão do provimento final.....	884
1.562. Causas de extinção das atividades de cognição.....	885
1.563. Causas de extinção das atividades de execução	887
1.564. Causas de extinção das atividades de asseguaração	888
§ 320.º Conteúdo do provimento final	888
1.565. Conteúdo das sentenças terminativas.....	888
1.566. Conteúdo das sentenças definitivas.....	889
1.566.1. Conteúdo das sentenças definitivas de improcedência ...	889
1.566.2. Conteúdo das sentenças definitivas de procedência..	893
1.566.2.1. Sentença condicional.....	894
1.566.2.2. Sentença limitada.....	896
1.566.2.3. Sentença dispositiva.....	899
1.566.2.4. Sentença alternativa.....	900
1.566.2.5. Sentença genérica	900
1.566.2.6. Sentença impositiva	904
§ 321.º Capítulos da sentença	907
1.567. Conceito de capítulo da sentença	907
1.568. Espécies de capítulos da sentença	909
1.569. Classificação dos capítulos da sentença	911
1.570. Efeitos dos capítulos da sentença.....	911
§ 322.º Defeitos das sentenças	912
1.571. Conceito e fundamento dos defeitos das sentenças	912
1.572. Inexistência da sentença.....	915
1.573. Classificação das incongruências ou vícios intrínsecos das sentenças	918
1.574. Incongruências quanto à motivação	920
1.574.1. Incongruência da motivação insuficiente	920

1.574.2. Incongruência da motivação inexistente	922
1.575. Incongruências quanto à extensão	922
1.575.1. Incongruência <i>extra petita</i>	923
1.575.2. Incongruência <i>ultra petita</i>	923
1.575.3. Incongruência <i>citra petita</i>	924
1.576. Correção das incongruências da sentença	925
§ 323.º Correção da sentença	926
1.577. Possibilidade de correção da sentença	926
1.578. Fundamento da correção da sentença.....	928
1.579. Pressupostos da correção da sentença.....	929
1.580. Meios de correção da sentença.....	930
1.581. Momento da correção da sentença	931
1.582. Objeto da correção da sentença	932
1.582.1. Erros materiais	932
1.582.2. Erros de fato.....	933
1.583. Efeitos da correção da sentença	935
CAPÍTULO 70 – SENTENÇAS TERMINATIVAS	937
§ 324.º Sentenças terminativas no processo de conhecimento	938
1.584. Função da sentença terminativa	938
1.585. Iniciativa das partes na emissão da sentença terminativa.....	942
§ 325.º Espécies de sentenças terminativas no processo de conhecimento	943
1.586. Sentença de indeferimento da petição inicial	943
1.587. Sentença fundada no abandono bilateral.....	944
1.587.1. Conceito de abandono bilateral.....	944
1.587.2. Requisitos do abandono bilateral	945
1.587.3. Efeitos do abandono bilateral	948
1.588. Sentença fundada no abandono unilateral	948
1.588.1. Conceito de abandono unilateral	949
1.588.2. Requisitos do abandono unilateral.....	950
1.588.3. Efeitos do abandono unilateral	951
1.589. Sentença fundada na desistência da ação	951

1.589.1. Conceito e natureza da desistência da ação	952
1.589.2. Espécies da desistência da ação	953
1.589.3. Requisitos da desistência da ação	954
1.589.3.1. Requisitos formais da desistência da ação	954
1.589.3.2. Requisitos subjetivos da desistência da ação	954
1.589.3.3. Requisitos temporais da desistência da ação	957
1.589.4. Efeitos da desistência da ação	958
1.590. Sentença fundada na falta de pressuposto processual	961
1.590.1. Sentença fundada na preempção	963
1.590.2. Sentença fundada na litispendência.....	964
1.590.2.1. Conceito e natureza da objeção de litispên- dência.....	964
1.590.2.2. Oportunidade da objeção de litispendência...	965
1.590.2.3. Legitimidade para alegar a objeção de litispên- dência	966
1.590.2.4. Requisitos de admissibilidade da objeção de litispendência	967
1.590.2.5. Instrução da objeção de litispendência	969
1.590.2.6. Tramitação da objeção de litispendência...	969
1.590.2.7. Efeitos da objeção de litispendência	969
1.590.3. Sentença fundada em coisa julgada.....	970
1.591. Sentença fundada na falta de condição da ação.....	973
1.592. Sentença fundada na existência de convenção de arbitragem	977
1.592.1. Espécies de convenção de arbitragem.....	977
1.592.2. Iniciativa do réu perante a convenção da arbitragem.	977
1.592.3. Renúncia tácita à convenção de arbitragem	978
1.592.4. Convenção de arbitragem superveniente à formação do processo.....	978
1.592.5. Efeitos da convenção de arbitragem.....	979
1.592.6. Reconhecimento da competência pelo tribunal arbi- tral	980
1.593. Sentença fundada na intransmissibilidade do objeto litigioso...	981
1.593.1. Intransmissibilidade absoluta do objeto litigioso.....	981

1.593.2. Intransmissibilidade relativa do objeto litigioso.....	982
1.593.3. Intransmissibilidade parcial do objeto litigioso.....	982
1.593.4. Efeitos da intransmissibilidade do objeto litigioso.....	982
1.594. Sentença fundada em confusão subjetiva.....	984
1.595. Sentença fundada em outras causas.....	985
1.595.1. Sentença fundada na ausência de pressuposto processual subjetivo.....	985
1.595.2. Sentença fundada na falta de pressuposto processual objetivo extrínseco.....	986
1.595.3. Sentença fundada na superveniência da ação contida...	986
1.596. Sentença fundada na inutilidade da tutela.....	987
1.596.1. Fundamento da inutilidade da tutela.....	988
1.596.2. Natureza da inutilidade da tutela.....	988
1.596.3. Requisitos da inutilidade da tutela.....	988
1.596.4. Efeitos da inutilidade da tutela.....	989
CAPÍTULO 71 – SENTENÇAS DEFINITIVAS.....	991
§ 326.º Sentenças definitivas no processo de conhecimento.....	992
1.597. Função da sentença definitiva.....	992
1.598. Estrutura formal da sentença definitiva.....	993
§ 327.º Sentença de procedência e de improcedência.....	993
1.599. Conceito de julgamento do pedido.....	993
1.600. Requisitos do julgamento do pedido.....	994
1.601. Efeitos do julgamento do pedido.....	995
§ 328.º Sentença fundada no reconhecimento do pedido.....	995
1.602. Conceito de reconhecimento do pedido.....	995
1.603. Natureza do reconhecimento do pedido.....	998
1.604. Espécies de reconhecimento do pedido.....	999
1.605. Legitimados ao reconhecimento do pedido.....	1000
1.606. Momento do reconhecimento do pedido.....	1002
1.607. Forma do reconhecimento do pedido.....	1002
1.608. Objeto do reconhecimento do pedido.....	1003
1.609. Efeitos do reconhecimento do pedido.....	1005

§ 329.º Sentença fundada em transação	1010
1.610. Conceito de transação.....	1010
1.611. Natureza jurídica da transação.....	1011
1.612. Espécies de transação	1012
1.613. Requisitos da transação	1016
1.614. Figurantes da transação.....	1016
1.615. Momento da transação	1018
1.616. Forma da transação.....	1019
1.617. Objeto da transação	1020
1.618. Efeitos da transação	1022
§ 330.º Sentença fundada na decadência e na prescrição	1026
1.619. Natureza da sentença fundada na decadência e na prescrição.....	1026
1.620. Efeito interruptivo da prescrição em razão da formação do processo	1027
1.621. Irrelevância do vencimento do prazo de decadência após a formação do processo.....	1027
1.622. Distinção entre prescrição e decadência	1028
1.623. Fundamento do destaque à sentença de mérito fundada na decadência e na prescrição.....	1031
1.624. Momento da emissão da sentença de mérito fundada na decadência e na prescrição.....	1033
1.625. Efeitos da decadência e da prescrição.....	1035
§ 331.º Sentença fundada na renúncia do autor	1035
1.626. Conceito de renúncia.....	1035
1.627. Natureza jurídica da renúncia	1036
1.628. Espécies de renúncia.....	1038
1.629. Legitimados à renúncia.....	1039
1.630. Forma da renúncia	1040
1.631. Momento da renúncia.....	1041
1.632. Objeto da renúncia.....	1041
1.633. Efeitos da renúncia.....	1043

CAPÍTULO 72 – SENTENÇAS NA EXECUÇÃO	1046
§ 332.º Modalidades da extinção da execução ou cumprimento	1047
1.634. Causas da emissão do provimento final na execução	1047
1.635. Forma do provimento final na execução	1049
1.636. Eficácia do provimento final na execução	1052
1.637. Espécies de provimentos finais na execução ou cumprimento....	1053
§ 333.º Extinção imprópria da execução ou cumprimento.....	1054
1.638. Sentença de indeferimento da petição inicial	1054
1.639. Sentença fundada no abandono bilateral.....	1057
1.640. Sentença fundada no abandono unilateral	1058
1.641. Sentença fundada na desistência da execução	1058
1.641.1. Conceito e natureza da desistência da execução	1058
1.641.2. Espécies de desistência da execução	1059
1.641.3. Requisitos da desistência da execução	1059
1.641.3.1. Requisitos formais da desistência da execução	1059
1.641.3.2. Requisitos subjetivos da desistência da execução	1060
1.641.3.3. Requisitos temporais da desistência da execução	1061
1.641.4. Efeitos da desistência da execução	1061
1.642. Sentença fundada na falta de pressuposto processual	1064
1.642.1. Subsistência dos pressupostos da pretensão a executar incidental.....	1065
1.642.2. Casos de falta de pressupostos da pretensão a executar	1067
1.643. Sentença fundada na falta de condição da ação.....	1069
1.644. Sentença fundada na intransmissibilidade do objeto litigioso...	1070
1.645. Sentença fundada na confusão subjetiva	1070
1.646. Sentença fundada em outras causas processuais	1070
1.646.1. Sentença fundada na falta de integração de litisconsorte necessário.....	1071
1.646.2. Sentença fundada na ausência de pressuposto processual subjetivo	1072

1.646.3. Sentença fundada na falta de pressuposto processual objetivo extrínseco	1072
1.647. Sentença fundada na inutilidade da tutela	1072
1.648. Sentença fundada na liberação do executado	1073
§ 334.º Extinção própria da execução ou cumprimento	1075
1.649. Sentença fundada no cumprimento espontâneo	1075
1.649.1. Cumprimento voluntário na execução em geral.....	1076
1.649.2. Cumprimento voluntário na expropriação (remição da execução)	1077
1.649.2.1. Distinção da remição da execução com figuras afins.....	1078
1.649.2.2. Procedimento da remição da execução	1078
1.649.2.2.1. Momento adequado da remição da execução	1079
1.649.2.2.2. Legitimidade para remir a execução.....	1080
1.649.2.2.3. Oposição do credor à remição da execução	1080
1.649.2.2.4. Objeto do depósito na remição da execução	1081
1.649.2.2.5. Recurso cabível contra o indeferimento da remição da execução	1082
1.649.2.3. Efeitos da remição da execução	1082
1.650. Sentença fundada no cumprimento forçado	1083
CAPÍTULO 73 – EFEITOS DAS SENTENÇAS	1084
§ 335.º Efeitos comuns das sentenças	1084
1.651. Efeito vinculativo da sentença.....	1084
1.652. Efeito imperativo da sentença	1085
1.653. Efeito probatório da sentença	1086
1.654. Efeito extintivo da sentença.....	1087
1.655. Efeito consumativo da sentença	1088
§ 336.º Efeitos da sentença terminativa	1089
1.656. Efeito vinculativo externo da sentença terminativa.....	1089

1.657. Subsistência parcial dos efeitos da litispendência	1090
§ 337.º Efeitos da sentença definitiva	1091
1.658. Efeitos naturais da sentença definitiva	1091
1.659. Efeitos secundários da sentença definitiva.....	1094
1.660. Efeitos da sentença definitiva no tempo	1095
1.660.1. Eficácia do ato	1097
1.660.2. Eficácia do conteúdo.....	1098
1.661. Efeitos da sentença perante terceiros	1101
1.661.1. Efeitos do processo individual	1101
1.661.1.1. Interessados de fato.....	1104
1.661.1.2. Interessados titulares de relação jurídica compatível	1104
1.661.1.3. Interessados titulares de relação depen- dente.....	1104
1.661.1.4. Interessados titulares de relação incom- patível.....	1104
1.661.1.5. Interessados titulares de relação homo- gênea	1104
1.661.2. Efeitos do processo coletivo	1105
1.661.3. Efeitos do processo objetivo	1107
1.662. Momento da produção dos efeitos.....	1108
1.662.1. Efeitos dependentes da divulgação da sentença.....	1110
1.662.2. Efeitos dependentes do trânsito em julgado da sen- tença.....	1110
1.663. Efeito vinculativo em matéria constitucional e infraconstitu- cional.....	1111
1.663.1. Conceito do efeito vinculante	1112
1.663.2. Fundamento do efeito vinculante.....	1113
1.663.3. Limites subjetivos do efeito vinculante	1113
1.663.4. Limites objetivos do efeito vinculante	1114
1.663.5. Efeito vinculante infraconstitucional	1117
1.664. Divulgação da sentença	1119

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1123
ÍNDICE LEGISLATIVO	1201
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1241
ESTRUTURA DA OBRA – PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	1265